

PRODAL SAÚDE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

PRODAL SAÚDE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Prodal Saúde S.A.
Salvador - BA

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Prodal Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prodal Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Contas a receber - desequilíbrio contratual

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 04, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía registrado no "Contas a receber", no ativo circulante, R\$ 138.888.970 decorrente do reconhecimento contábil, inclusive de exercícios anteriores, de receita bruta a título de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, apesar do valor ainda não ter sido reconhecido oficialmente pelo Poder Concedente - Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB). Não nos foi possível estimar os possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, decorrentes de possíveis perdas no recebimento desses valores.

Tributos a recuperar - realização do saldo de direitos creditórios

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 06, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía registrado na Rubrica "Tributos a recuperar", no ativo circulante, o montante de R\$ 7.781.348, referente a direitos creditórios junto ao município de Salvador, adquiridos de terceiros. A Companhia ainda não obteve o reconhecimento da compensação definitiva dos débitos pelo município de Salvador. Desta forma, não foi possível, até o presente momento, nos assegurarmos sobre a realização do saldo registrado na Rubrica "Tributos a recuperar", bem como dos possíveis impactos sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Tributos diferidos - realização do saldo de IRPJ e CSLL

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 20, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía registrado no ativo não circulante, o montante de R\$ 23.101.909 de IRPJ e CSLL diferidos. A Companhia não nos apresentou a atualização do estudo de realização destes tributos, requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, não foi possível concluirmos quanto à realização deste saldo.

Falta de provisão para as indenizações trabalhistas

A Companhia deixou de registrar contabilmente, em 31 de dezembro de 2022, na Rubrica “Salários, provisões e encargos sociais”, no passivo não circulante, a provisão das verbas rescisórias a serem pagas no encerramento do contrato de concessão, conforme previsto no Termo Aditivo nº06 ao Contrato de Concessão nº 30/2010. Não foi possível estimar os possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, decorrentes da falta de registro destas estimativas.

Provisão para contingências

A Companhia é ré em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e administrativa e não reconheceu nas suas demonstrações contábeis, na data-base de 31 de dezembro de 2022, provisão para contingências no montante de R\$ 4.525.097, referente a processos considerados pelos seus Assessores Jurídicos como de expectativa de perda “provável”, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conseqüentemente, o passivo não circulante está registrado a menor e o patrimônio líquido registrado a maior nesse montante nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Revisão do contrato de concessão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia possui registrado, em 31 de dezembro de 2022, saldo de contas a receber de R\$ 138.888.970, relacionado com o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, ainda não reconhecido oficialmente pelo Poder Concedente, a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB). Ademais, a Companhia vem incorrendo em prejuízos sucessivos e o contrato atual se encerra em 30 de junho de 2023, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4. Estes fatos caracterizam um grau de incerteza significativa quanto à capacidade de realização destes recebíveis, o que pode vir a impactar de maneira relevante na situação financeira e na continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia, considerando a aprovação pelo Poder Concedente dos pedidos de reequilíbrio, conforme previsto na Cláusula nº 17 do contrato de concessão.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 14 de junho de 2023.

PRODAL SAÚDE S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, excluídos os centavos)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021		Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.219.386	15.506.946	Fornecedores	9	14.981.318	15.566.567
Contas a receber	4	156.657.357	125.800.057	Fornecedores - partes relacionadas	7 e 9	7.368.955	9.669.246
Estoque	5	3.444.894	4.590.962	Impostos e contribuições sociais	10	42.163.073	25.710.492
Tributos a recuperar	6	8.856.565	9.120.263	Dividendos a pagar		273.931	273.931
Despesas antecipadas		335.430	311.464	Salários, provisões e encargos sociais	11	46.190.518	26.968.500
Outras contas a receber - partes relacionadas	7	290.184	70.090	Outras contas a pagar	12	347.304	760.249
Outras contas a receber		1.299.083	1.228.794			<u>111.325.099</u>	<u>78.948.985</u>
		<u>176.102.899</u>	<u>156.628.576</u>				
Não circulante				Não circulante			
Depósito judicial		717.487	489.547	Tributos diferidos	20	10.748.894	7.689.035
Tributos diferidos	20	23.101.909	20.061.350	Impostos e contribuições sociais	10	31.213.663	37.803.355
Intangível	8	117.326	165.910	Salários, provisões e encargos sociais	11	31.010.820	39.580.247
		<u>23.936.722</u>	<u>20.716.807</u>			<u>72.973.377</u>	<u>85.072.637</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital Social	13	10.000.000	10.000.000
				Reserva legal		120.869	-
				Reserva de lucro		5.620.276	3.323.761
						<u>15.741.145</u>	<u>13.323.761</u>
Total do ativo		<u><u>200.039.621</u></u>	<u><u>177.345.383</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>200.039.621</u></u>	<u><u>177.345.383</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PRODAL SAÚDE S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais, excluídos os centavos)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	15	221.844.590	216.763.179
Custo dos serviços prestados	16	(192.207.866)	(220.203.940)
Lucro bruto/(prejuízo)		29.636.724	(3.440.761)
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(13.353.410)	(14.023.795)
Outras receitas operacionais líquidas		28.750	1.587.302
Resultado antes dos efeitos financeiros		16.312.064	(15.877.254)
Resultado financeiro líquido	18	(12.662.327)	(11.848.691)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		3.649.737	(27.725.945)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	19	(1.232.353)	9.421.849
Lucro líquido/(prejuízo)		2.417.384	(18.304.096)
Lucro líquido/(prejuízo) por ação		0,24	(1,83)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PRODAL SAÚDE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais, excluídos os centavos)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	2.417.384	(18.304.096)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>2.417.384</u>	<u>(18.304.096)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PRODAL SAÚDE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais, excluídos os centavos)

	Capital Social	Reserva de lucros		(Prejuízos)/lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 1° de janeiro de 2021	10.000.000	-	-	(15.586.095)	(5.586.095)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(18.304.096)	(18.304.096)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	37.213.952	37.213.952
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.000.000	-	-	3.323.761	13.323.761
Lucro do exercício	-	-	-	2.417.384	2.417.384
Destinação do lucro					
Reserva legal	-	120.869	-	(120.869)	-
Reserva de lucro	-	-	5.620.276	(5.620.276)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.000.000	120.869	5.620.276	-	15.741.145

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PRODAL SAÚDE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais, excluídos os centavos)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	2.417.384	(18.304.096)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício		
Amortização do intangível	335.564	642.713
Valor residual de imobilizado	5.596	-
Provisão de juros e atualização monetária sobre impostos e encargos	11.889.113	-
	14.647.657	(17.661.383)
Varição nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(30.857.300)	18.244.236
Estoques	1.146.068	956.276
Impostos a recuperar	263.698	(463.128)
Despesas antecipadas	(23.966)	(5.226)
Outras contas a receber	(290.383)	(563.711)
Depósitos judiciais	(227.940)	(93.159)
Tributos diferidos	(3.040.559)	(9.421.849)
	(33.030.382)	8.653.439
Varição nos passivos operacionais		
Fornecedores	(585.249)	1.508.182
Fornecedores - partes relacionadas	(2.300.291)	2.383.927
Tributos diferidos	3.059.859	3.323.508
Impostos e contribuições sociais	9.862.889	6.826.896
Salários, provisões e encargos sociais	(1.236.522)	8.109.105
Outras contas a pagar	(412.945)	(168.958)
	8.387.741	21.982.660
Caixa líquido (utilizado)/gerado pelas atividades operacionais	(9.994.984)	12.974.716
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(292.576)	(289.931)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(292.576)	(289.931)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de financiamento	-	-
Juros pagos de financiamento	-	-
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	-	-
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(10.287.560)	12.684.785
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	15.506.946	2.822.161
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	5.219.386	15.506.946
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(10.287.560)	12.684.785

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Prodal Saúde S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima, com fins lucrativos, constituída em 20 de abril de 2010, com prazo indeterminado de duração.

A Companhia tem por objeto a exploração, em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão Administrativa celebrado com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) (“Poder Concedente”), em virtude do procedimento licitatório promovido nos termos do edital nº 008/2009, da concessão do serviço público de gestão e operação da unidade hospitalar localizada na Rua Manoel Lino, nº 141, Periperi, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, cuja finalidade é a prestação de serviços de atenção à saúde de média e alta complexidade, focada em urgência e emergência, de caráter referencial.

O objeto social da Companhia não poderá ser alterado pelos acionistas sem a prévia autorização do Poder Concedente.

Em 28 de maio de 2010, a Companhia firmou com o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado, contrato de concessão da gestão e operação da unidade hospitalar denominada Hospital do Subúrbio, cujo início das operações foi em 14 de setembro de 2010.

A seguir, está resumido o contrato de concessão:

Objeto

Concessão da gestão e operação da unidade hospitalar, no prazo e nas condições estabelecidas no contrato e em seus anexos, nas especificações mínimas estabelecidas no contrato de concessão, e em especial com o cumprimento dos indicadores de desempenho, incluindo as obrigações a seguir:

- Prestação gratuita e universal dos serviços de atenção à saúde aos clientes, no âmbito do SUS e sua forma do contrato;
- A aquisição, gestão e logística de suprimentos farmacêuticos e hospitalares;
- A gestão, conservação e manutenção dos bens de concessão;
- A aquisição, operação, manutenção e reposição de mobiliários e equipamentos médico-hospitalares;
- A contratação e gestão de profissionais de todas as áreas concernentes à operação da unidade hospitalar;
- A oferta e gestão dos serviços de alimentação, higienização e segurança privada da unidade hospitalar, e quaisquer outros necessários à plena execução dos serviços previstos no edital, contrato e respectivos anexos;
- O desenvolvimento conjunto, em parceria com a SESAB, de programas e ações de saúde para prevenção e controle de enfermidades;
- O manejo e destinação dos resíduos hospitalares, na forma da lei e do contrato;
- A realização de internação domiciliar, na forma do contrato.

Prazo da concessão

O prazo da concessão é de 10 anos contados a partir da data da assunção - 14 de setembro de 2010. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, ou por menor período, mais de uma vez, sucessivamente, até o limite máximo de 10 anos.

Bens da concessão

Integra a concessão as edificações componentes da unidade hospitalar já existentes e que venham a ser construídas pelo Poder Concedente no prazo da concessão, bem como todo mobiliário, equipamentos e demais bens essenciais à prestação dos serviços de gestão e operação hospitalar.

Ao final da concessão, os bens recebidos do Poder Concedente, bem como os bens adquiridos pela Companhia ao longo do prazo da concessão, serão revertidos ao poder Concedente sem a existência de pagamento de indenização para a Companhia.

Contraprestação pública

Pela execução do objeto do contrato, o Poder Concedente pagará à concessionária prestação pecuniária, denominada contraprestação mensal efetiva, cujo valor será calculado com base no Anexo 4 do contrato de concessão.

O cálculo da contraprestação mensal efetiva teve como ponto de partida a contraprestação anual máxima, correspondente a R\$ 103.500.000 (R\$ 8.625.000 por mês).

Em 23 de julho de 2020, foi assinado o 6º Termo Aditivo, prorrogando a vigência original do Contrato de Concessão para 20 de julho de 2021, bem como revisando seu escopo original para atendimento dos pacientes acometidos pela Pandemia da Covid-19. Com a assinatura deste ativo, a Contraprestação mensal passou para R\$ 21.595.807.

Em 30 de junho de 2022, foi assinado o 10º Termo aditivo, prorrogando a vigência do contrato até 30 de junho de 2023.

A Concessionária fará jus ao recebimento da contraprestação mensal máxima, desde que cumpra todos os indicadores quantitativos e indicadores de desempenho previstos no Anexo 4 do contrato de concessão. Este valor inicial será reduzido na hipótese de descumprimento dos indicadores quantitativos e dos indicadores de desempenho, na forma disciplinada pelo Anexo 4 do contrato de concessão.

Nas Cláusulas nºs 14.8, 14.10 e 14.11, do contrato de concessão, estão previstas as condições para os reajustes da contraprestação pública, revisões ordinárias e revisões extraordinárias, respectivamente.

Desde a implantação do Hospital do Subúrbio, a Concessionária convive com taxas de ocupação e volume de serviços de diagnóstico e terapia, bem como atendimentos de urgência e emergência superiores aos previstos no projeto, o que tem ensejado pedidos de recomposição do equilíbrio econômico e financeiro ao longo do período da concessão.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém nas suas Demonstrações Contábeis saldo a receber no montante bruto de R\$ 138.888.970, referente ao reequilíbrio econômico-financeiro contratual, ainda não aprovado formalmente pelo Poder Concedente - A Secretária de Saúde do Estado da Bahia (SESAB), decorrente dos pedidos de reembolso de serviços realizados a maior do que aqueles contratados (excesso de demanda, ainda não pagos pela SESAB, no período de 14 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2022). Além dos valores dos serviços, estão inclusos neste montante os pedidos realizados pela Prodal referentes ao reembolso de multas e juros incidentes sobre tributos em aberto a serem liquidados pela Companhia com atraso e o ressarcimento de multas e juros de tributos pagos com atraso no período de 01 de junho de 2013 a 31 de dezembro de 2017.

Em 12 de maio de 2016, a Companhia passou a ser subsidiária integral da Promédica Patrimonial S/A (PROPAT), em virtude de esta ter adquirido a totalidade das ações da Companhia.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Companhia em 14 de junho de 2023.

2. Base de elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis da Companhia são preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.2. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: avaliação de vida útil do ativo intangível, recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos intangíveis e os impostos diferidos, os quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

2.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

Intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo que ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em resultados anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por saldos de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras. As aplicações possuem liquidez imediata, as quais são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Contas a receber

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber.

2.6. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessário.

2.7. Contrato de concessão

Os ativos relacionados ao contrato de concessão, que atendem aos critérios da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, estão alocados como direitos de operar os ativos da concessão no grupo de ativo intangível. Os bens classificados como ativos intangíveis da concessão são aqueles que o concessionário de serviço público tem o direito de cobrar pelo uso do serviço público.

Em maio de 2001, a *Standing Interpretations Committee (SIC)*, divulgou a SIC 29 "Divulgação - Acordos de Concessão de Serviços", que estabelece as informações que devem ser divulgadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis de um outorgante de uma concessão (o outorgante) e um operador de concessão (Concessionário).

Conforme descrito na SIC 29, um acordo de concessão de serviços envolve, geralmente, a concedente transmitir durante o período da concessão para o operador:

- O direito à prestação de serviços que concedem ao público acesso às principais infraestruturas econômicas e sociais;
- Em alguns casos, o direito de usar ativos tangíveis, ativos intangíveis e/ou ativos financeiros.

Em troca, o operador:

- Compromete-se a prestar os serviços de acordo com os termos e condições estabelecidos durante o período de concessão;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, excluídos os centavos)

- Quando aplicável, compromete-se a devolver, no final do período de concessão, os direitos recebidos no início do período e/ou adquiridos durante o período de concessão.

Em novembro de 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovou a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, que estabelece os princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão.

Conforme descrito na ICPC 01, esta interpretação é aplicável às concessões de serviços públicos a entidades privadas caso:

- O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;
- O concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma- qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

A característica comum entre os acordos de concessão de serviços é que o operador recebe o direito e incorre na obrigação de prestar serviços públicos.

Esses acordos de concessão estabelecem os direitos e obrigações relativos à infraestrutura e ao serviço público, especialmente a obrigação de fornecer aos usuários o acesso ao serviço público.

O modelo de ativo intangível é usado quando a concedente controla a infraestrutura. A Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB) é o órgão regulador com poderes de fiscalização sobre a execução do contrato de concessão e, no exercício de suas atribuições, tem o livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, contabilidade e recursos técnicos, econômicos e financeiros da Companhia, assim como à unidade hospitalar objeto da concessão.

Este órgão também é o responsável por apurar o cumprimento dos indicadores quantitativos e de desempenho, para fins de quantificação da contraprestação mensal efetiva, bem como penalizar a Companhia em caso de não cumprimento dos termos estabelecidos no contrato de concessão ou extinguir o contrato de concessão nos casos de:

- a) Advento do termo contratual;
- b) Encampação;
- c) Caducidade;
- d) Rescisão;
- e) Anulação; e
- f) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato de concessão.

O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de operação do Hospital do Subúrbio pela Companhia, no qual estabelece:

- Os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- Padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura do contrato;
- Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura e utilizados durante a operação devem ser revertidos ao Poder Concedente;
- O preço é regulado por meio de mecanismo de contraprestação pública estabelecido no contrato de concessão, bem como são definidas as modalidades de revisão da contraprestação pública, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

2.8. Ativo intangível

O ativo intangível inclui os direitos de operar os ativos das concessões tratados acima, licenças e custos de desenvolvimento de projetos e licenças para o uso de softwares. A Companhia não possui ativos intangíveis decorrentes de gastos com pesquisa ou adquiridos em combinações de negócios.

Os juros e demais encargos financeiros decorrentes de financiamentos foram incorporados ao ativo intangível até a data de entrada em operação dos bens. Após a data de entrada em operação, eles são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos, em conformidade com o princípio da competência.

As taxas de amortização do ativo intangível estão previstas no contrato de concessão, porém as taxas anuais utilizadas para amortização até agosto de 2013 foram as seguintes:

Descrição	Taxa anual (%)
Projetos e emolumentos	10
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	20
Equipamentos hospitalares	10
Instrumentos de medicina cirurgia	10
Colchões, roupa e similares	10
Veículos	20
Software	20

Em agosto de 2013, a Administração optou por modificar o critério de cálculo da amortização do ativo intangível da Companhia, exceto para os grupos: veículos, equipamentos de informática, software e utensílios cujas taxas não foram alteradas. As novas taxas de amortização foram calculadas considerando a data de aquisição do bem e o prazo de vigência do contrato de concessão.

2.9. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de maneira confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

2.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.12. Tributação sobre o lucro

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu em lei a Medida Provisória nº 627/13. Essa lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da Pessoa Jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas;
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

Impostos correntes

A provisão para Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro estão baseados no lucro tributável do exercício, o qual difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de maneira permanente. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro são constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável e os saldos de base negativa da contribuição social e prejuízo fiscal.

Os impostos diferidos ativos são mensurados sobre o resultado que se espera que seja liquidado/realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

2.13. Apuração do resultado e reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando os indicadores quantitativos e indicadores de desempenho estabelecidos no contrato de concessão são atingidos.

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência.

2.14. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias ativas/passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

2.15. Lucro/(prejuízo) líquido por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço.

2.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

- a) Alteração na Norma IAS 8/CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023;
- b) Alteração na Norma IAS 12/CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado ao ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023;
- c) Alteração na Norma IFRS 16/CPC 06 - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- d) Alteração na Norma IAS 1/CPC 26:
 - i - Classificação de passivos como circulante ou não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, excluídos os centavos)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos da COVID-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.

ii - Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	4.341	15.503.361
Aplicações financeiras	5.215.045	3.585
Total	5.219.386	15.506.946

O saldo de aplicações financeiras é composto pela aplicação em um fundo de investimento denominado "Invest Plus Bradesco", que oferece o serviço de aplicação de recursos disponíveis em conta corrente. Tais recursos possuem liquidez imediata.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, excluídos os centavos)

4. Contas a receber

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Contraprestação mensal efetiva - período corrente	17.668.656	-
Provisão Hospital Alemão Oswaldo Cruz	99.731	-
Subtotal	<u>17.768.387</u>	<u>-</u>
Valores associados a pedidos de reequilíbrio de exercícios anteriores:		
Reequilíbrio econômico-financeiro do 19º a 29º trimestre (14/03/2015 a 31/12/2017)	52.713.527	52.713.527
Total de encargos financeiros provisionados - (não reembolsados)	19.511.035	19.511.035
Total de encargos financeiros pagos entre 01 de junho de 2013 a 31 de dezembro de 2017 - (não reembolsados)	8.189.790	8.189.790
Provisão de reequilíbrio (exercício de 2018)	14.000.000	14.000.000
Recebimento de uma parcela do reequilíbrio	(5.000.000)	(5.000.000)
Provisão de reequilíbrio (exercícios de 2019 e 2020)	37.213.952	37.213.952
Provisão de reequilíbrio (exercício de 2021)	22.656.437	22.656.437
Complemento de provisão referente a desconto indevido de 8,62155% na contraprestação	13.088.913	-
Recebimento reequilíbrio financeiro 2020/2021	(23.484.684)	(23.484.684)
Subtotal	<u>138.888.970</u>	<u>125.800.057</u>
Total	<u><u>156.657.357</u></u>	<u><u>125.800.057</u></u>

As contas a receber referem-se basicamente a créditos oriundos da contraprestação mensal efetiva, no atendimento aos indicadores quantitativos e aos indicadores de desempenho estipulados no contrato.

A Companhia mantém negociações permanentes junto à SESAB, referente à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pelo excesso de demanda nos atendimentos.

Em setembro de 2015, foi aprovado pela Comissão Técnica instituída para Resolução de Divergências de natureza econômica - financeira parte da metodologia aplicada pelo Poder Concedente e pela Concessionária para apuração dos custos adicionais e respectivos rateios.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía registrado contabilmente, o montante líquido de R\$ 138.888.970 referente à provisão do reequilíbrio econômico-financeiro.

5. Estoques

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Medicamentos	1.683.925	2.134.579
Material médico hospitalar	1.152.277	1.187.636
Outros	608.692	1.268.747
Total	<u><u>3.444.894</u></u>	<u><u>4.590.962</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, excluídos os centavos)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía saldos de estoques em poder de terceiros (Ativo) no montante de R\$ 553.100 e estoques em poder da Companhia no montante de R\$ 158.744 reconhecidos na rubrica de outras contas a pagar (Passivo).

6. Tributos a recuperar

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda (IRRF)	1.072.116	1.335.814
ISS a recuperar (a)	7.781.348	7.781.348
INSS	3.101	3.101
Total	<u>8.856.565</u>	<u>9.120.263</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía saldo de créditos de ISS adquiridos de fontes externas no montante de R\$ 7.781.348. A Prodal entrou com processo judicial pleiteando junto a Prefeitura Municipal do Salvador a compensação destes créditos com débitos vencidos junto ao Município do Salvador. O processo ainda não transitou em julgado e parte dos créditos foi compensado com o auto de infração de nº NFL 626/2015.

7. Partes relacionadas

Os saldos e as transações da Companhia com suas partes relacionadas são demonstrados conforme segue:

Ativo circulante

Descrição	Outras contas a receber	
	31/12/2022	31/12/2021
Promédica Proteção Médica a Empresas	1.054	-
Proinvest Empreendimentos e Part.	289.130	90
Bahia Serviços de Saúde	-	70.000
Total	<u>290.184</u>	<u>70.090</u>

Passivo circulante

Descrição	Fornecedores	
	31/12/2022	31/12/2021
Promédica Patrimonial S.A.	6.876.754	9.051.087
Promédica Proteção Médica a Empresas S.A.	492.201	618.159
Total	<u>7.368.955</u>	<u>9.669.246</u>

Resultado do exercício

Descrição	Custos dos serviços prestados		Despesas operacionais	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Promédica Patrimonial S.A.	1.885.269	2.958.667	-	-
Promédica Proteção Médica a Empresas	3.005.694	2.673.400	80.288	71.526
Total	<u>4.890.963</u>	<u>5.632.067</u>	<u>80.288</u>	<u>71.526</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, excluídos os centavos)

Promédica Patrimonial S.A.

- Supervisão de implantação e funcionamento do escritório da qualidade (visando acreditação hospitalar);
- Gestão de suprimentos;
- Supervisão de serviços assistenciais;
- Supervisão de serviços terceirizados;
- Serviços de assistência médica domiciliar ("home care");
- Cessão de uso do sistema de gestão hospitalar.

Promédica Proteção Médica a Empresas S.A.

- Prestação de serviços de exames laboratoriais;
- Plano de saúde dos empregados.

Remuneração dos Administradores

Os Administradores da Companhia são executivos contratados pela Empresa Acionista e por esse motivo seus honorários são pagos por essa empresa.

8. Intangível

Descrição	Custo			Saldos em 31/12/2022
	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	
Projetos e emolumentos	2.582.824	-	-	2.582.824
Benfeitorias em imóveis de terceiros	571.829	47.817	-	619.646
Móveis e utensílios	11.068.927	21.681	(6.330)	11.084.278
Equipamentos de informática	1.226.169	37.019	(1.798)	1.261.390
Equipamentos hospitalares	15.473.003	124.079	-	15.597.082
Instrumentos de medicina e cirurgia	780.569	1.300	(1.300)	780.569
Colchões, roupas e similares	1.183.734	46.462	-	1.230.196
Veículos	260.470	-	-	260.470
Software	1.213.922	14.218	-	1.228.140
Adiantamentos	66.242	-	-	66.242
Total	34.427.689	292.576	(9.428)	34.710.837

Descrição	Amortização acumulada			Saldos em 31/12/2022
	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	
Projetos e emolumentos	(2.582.824)	-	-	(2.582.824)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(568.766)	(32.391)	-	(601.157)
Móveis e utensílios	(11.066.168)	(20.576)	2.034	(11.084.710)
Equipamentos de informática	(1.195.414)	(42.643)	1.798	(1.236.259)
Equipamentos hospitalares	(15.416.149)	(179.838)	-	(15.595.987)
Instrumentos de medicina e cirurgia	(780.126)	-	-	(780.126)
Colchões, roupas e similares	(1.184.117)	(46.462)	-	(1.230.579)
Veículos	(260.469)	-	-	(260.469)
Software	(1.207.746)	(13.654)	-	(1.221.400)
Total	(34.261.779)	(335.564)	3.832	(34.593.511)

Saldo líquido	165.910	(42.988)	(5.596)	117.326
----------------------	----------------	-----------------	----------------	----------------

Referem-se a todos os ativos relacionados aos contratos de concessão, considerados dentro do conceito ICPC-01, os quais eram amortizados até agosto de 2013 de acordo com as taxas descritas no Item 2, previstos no contrato de concessão, a partir da entrada de operação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, excluídos os centavos)

Em agosto de 2013, a amortização do ativo intangível da Companhia passou a ser realizada considerando o prazo de vigência da concessão, conforme cláusula do contrato de concessão (4.4. - Amortização dos Bens da Concessão).

A amortização acumulada em 31 de dezembro de 2022 corresponde a um montante líquido de R\$ 335.564 (em 2021 R\$ 642.713), sendo que R\$ 335.564 (em 2021, R\$ 570.676) foi apropriada como custo e R\$ 0 (em 2021 R\$ 72.037) como despesa operacional.

9. Fornecedores

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Honorários médicos	3.922.011	3.875.996
Materiais e medicamentos	5.332.933	6.370.863
Prestação de serviço	8.460.978	10.609.315
Outros	4.634.351	4.379.639
Total	22.350.273	25.235.813

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	14.981.318	15.566.567
Fornecedores - Partes relacionadas	7.368.955	9.669.246
Total	22.350.273	25.235.813

10. Impostos e contribuições sociais

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
PIS	1.927.096	212.838
COFINS	8.894.289	982.331
Imposto de renda retido	2.784.824	761.527
ISS retido de terceiros	15.449.042	12.418.183
PIS/COFINS/CSLL	454.877	502.535
Imposto de renda sobre o lucro	1.578.524	744.787
Contribuições sobre o lucro	1.002.042	395.425
ISS 2%	2.250	-
Outros	-	5.497
	32.092.944	16.023.123
Parcelamentos		
Demais débitos (a)	14.012.585	15.234.740
PRT - Programa de regularização tributária (b)	25.823.107	28.911.063
Parcelamento IRRF/CSRF (Nº 10580.400.408/2018-95) (c)	-	270.084
Parcelamento Pis e COFINS (Nº 10580.724894/2018-34) (d)	1.448.100	3.074.837
	41.283.792	47.490.724
Total	73.376.736	63.513.847
Circulante	42.163.073	25.710.492
Não circulante	31.213.663	37.803.355
	73.376.736	63.513.847

Os saldos estão atualizados monetariamente até a data-base de 31 de dezembro de 2022.

- (a) Em setembro de 2021, a Companhia requereu junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), dois parcelamentos referente aos débitos de PIS, COFINS, CSL e IRRF. O montante total da dívida foi de R\$ 15.450.196, sendo este dividido em 84 parcelas mensais e sucessivas que começaram a ser liquidadas em outubro de 2021;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, excluídos os centavos)

- (b) Em 31 de maio de 2017, a Companhia consolidou os débitos tributários de anos anteriores por meio do Programa de Regularização Tributária (PRT), benefício previsto pela medida provisória nº 766 de 01/2017 artigo 3º, e regulado pela Portaria PGFN nº 152 de 02/2017. Esse programa tem por objetivo a quitação de débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em dívida ativa da União até a data da adesão do programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2016. O PRT também engloba os débitos objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos ou em discussão judicial, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada. O total parcelado referente ao "Demais Débitos" da Receita Federal do Brasil (RFB) foi de R\$ 32.372.882, sendo este dividido em 120 parcelas mensais e sucessivas que passaram a ser liquidadas em maio de 2017;
- (c) Em janeiro de 2018, a Companhia requereu junto a Secretária da Receita Federal do Brasil (RFB), o parcelamento Ordinário referente aos débitos de IRRF e CSRF por meio do protocolo nº 10580.4004.08.2018-95. O montante da dívida, R\$ 986.764, foi parcelado em 60 prestações de mensais e sucessivas;
- (d) Em 03 de agosto de 2018, a Companhia requereu junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, pedido de parcelamento espontâneo por meio do processo de nº 10580.724.894/2018-34, no montante de R\$ 8.270.207, referentes a débitos fiscais, sendo que parte do montante já havia sido parcelados anteriormente por meio do Processo nº 10580.720197/2018-12. O valor da dívida de PIS e da COFINS foi parcelado em 60 prestações mensais e sucessivas.

11. Salários, provisões e encargos sociais

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias e 13º Salário e encargos sociais	8.779.217	9.265.424
INSS (a)	22.051.639	3.334.658
FGTS	538.953	564.454
Salários	3.356.960	3.869.681
Pensão Alimentícia	2.190	5.057
	<u>34.728.959</u>	<u>17.039.274</u>
Parcelamentos		
PRT - Programa de regularização tributária (b)	14.012.245	15.687.846
Parcelamento Ordinário INSS (1940) (d)	1.098.092	1.659.313
Parcelamento Ordinário INSS (1960) (d)	302.311	456.818
Parcelamento Ordinário INSS (1992) (d)	134.119	202.665
Parcelamento Ordinário - INSS (Número 626153123) (c)	1.590.167	3.376.493
Outros débitos	25.335.445	2.511.148
Repactuação - Transação Excepcional Débitos Previdenciários (e)	-	20.342.475
Transação Extraordinária - Débitos Previdenciários (e)	-	5.272.715
	<u>42.472.379</u>	<u>49.509.473</u>
Total	<u><u>77.201.338</u></u>	<u><u>66.548.747</u></u>
Circulante	46.190.518	26.968.500
Não circulante	31.010.820	39.580.247
	<u><u>77.201.338</u></u>	<u><u>66.548.747</u></u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta compreendia INSS em aberto de exercícios anteriores, os quais encontram-se devidamente atualizados;
- (b) Em 31 de maio de 2017, a Companhia consolidou os débitos previdenciários de anos anteriores e ao PRT - Programa de Regularização tributária, benefício previsto pela medida provisória nº 766 de 01/2017 artigo 3º, e regulado pela Portaria PGFN nº 152 de 02/2017. Esse programa tem por objetivo a quitação de débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em dívida ativa da União até a data da adesão do programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2016.

O PRT também engloba os débitos já objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos ou em discussão judicial, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, excluídos os centavos)

O total do parcelado referente a Débitos previdenciários e Débitos Previdenciários inscritos em dívida ativa totalizaram um montante de R\$ 20.513.810, sendo este dividido em 120 parcelas mensais e sucessivas, que passaram a ser liquidas em maio de 2017;

- (c) Em 06 de agosto de 2018, a Companhia requereu dois pedidos de parcelamento espontâneo junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, referentes a débitos de contribuições previdenciárias:
- (i) Parcelamento Simplificado no montante de R\$ 1.414.710 incluso na Dívida Ativa por meio do Processo nº 148613489. O montante foi parcelado em 60 prestações mensais e sucessivas e foi dado como garantia dois equipamentos. A Companhia está aguardando a homologação da garantia para consolidado da dívida;
- (ii) Parcelamento Ordinário referente a débitos previdenciários parcelados anteriormente no montante de R\$ 9.159.173. Para adesão do reparcelamento, foi dado uma entrada de 10% do total parcelado, no montante de R\$ 915.917, conforme prevê legislação aplicada ao mesmo. Saldo residual foi dividido em 60 parcelas mensais e sucessivas.
- (d) Em maio de 2019, a Companhia requereu três pedidos de parcelamento simplificado/ordinário junto à Receita Federal do Brasil, referentes a débitos de contribuições previdenciárias:
- (i) Parcelamento Ordinário referente a cota patronal no montante de R\$ 3.002.467 por meio do Processo nº 001008412000111534919-40. O montante foi parcelado em 60 prestações mensais e sucessivas. O parcelamento será consolidado com a confirmação do pagamento tempestivo da 1º parcela ou pedágio;
- (ii) Parcelamento Ordinário referente a cota patronal de terceiros no montante de R\$ 826.597 por meio do Processo nº 001008212000111544019-60. O montante foi parcelado em 60 prestações mensais e sucessivas. O parcelamento será consolidado com a confirmação do pagamento tempestivo da 1º parcela ou pedágio;
- (iii) Parcelamento Ordinário referente a cota patronal de segurados no montante de R\$ 366.716 por meio do Processo de nº 000908312000172017319-92. O montante foi parcelado em 60 prestações mensais e sucessivas. O parcelamento será consolidado com a confirmação do pagamento tempestivo da 1º parcela ou pedágio.
- (e) Em 22 de abril de 2022, a Companhia consolidou pedido de parcelamento de débitos de contribuições previdenciários junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, por meio da modalidade Transação Excepcional - débitos previdenciários com a inclusão do montante de R\$ 24.384.896, que foi dividido em 60 parcelas mensais sucessivas.

Composição do Programa de Parcelamento de Regularização Tributária (PRT)
Longo Prazo

Ano	Débitos Prev. RFB	Débitos Prev. PGFN	Total
2024	2.516.157	597.676	3.113.833
2025	2.516.157	597.676	3.113.833
2026	2.516.157	597.676	3.113.833
2027	838.719	199.225	1.037.944
2028	-	-	-
2029	-	-	-
Total	8.387.190	1.992.253	10.379.443

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, excluídos os centavos)

Composição dos Programas de Parcelamentos Ordinários/Simplificado - INSS
- Dívida Ativa

Ano	Ordinário INSS (1940/1960/1992)	Trans. excepcional	Total
2024	341.005	6.243.192	6.584.197
2025	-	6.243.192	6.243.192
2026	-	6.243.192	6.243.192
2027	-	1.560.796	1.560.796
Total	341.005	20.290.372	20.631.377

12. Outras contas a pagar

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Estoques de terceiros em nosso poder	158.744	498.686
Seguros a pagar	25.249	60.311
Outras Contas a Pagar	163.311	201.252
Total	347.304	760.249

13. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 10.000.000, representado por 10.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Destinação dos lucros

O estatuto social da Companhia prevê a seguinte destinação dos lucros apurados no final de cada exercício:

- 5% para a constituição do fundo de reserva legal, que não excederá 20% do Capital Social;
- Pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei das sociedades por ações.

14. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, excluídos os centavos)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figurava como ré em algumas demandas judiciais de natureza cível, trabalhista, administrativo no montante de R\$ 7.372.097 (Em 31 de dezembro de 2021, R\$ \$ 6.630.097):

Descrição	Provável	Possível	Total
Cível	150.000	1.166.000	1.316.000
Trabalhista	2.823.500	1.681.000	4.504.500
Administrativa	1.551.597	-	1.551.597
	<u>4.525.097</u>	<u>2.847.000</u>	<u>7.372.097</u>

15. Receita Líquida

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Prestação de serviços	236.044.501	230.952.794
Deduções da receita		
COFINS	(7.790.976)	(7.866.213)
ISS	(4.720.890)	(4.619.056)
PIS	(1.688.045)	(1.704.346)
Total das deduções da receita	<u>(14.199.911)</u>	<u>(14.189.615)</u>
Total da receita líquida	<u>221.844.590</u>	<u>216.763.179</u>

16. Custos dos serviços prestados

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal e encargos	(89.278.238)	(102.054.525)
Honorários médicos	(42.696.329)	(47.845.307)
Medicamentos e materiais	(37.121.093)	(46.334.521)
Manutenção e reparos	(9.229.052)	(9.083.333)
Prestação de serviços	(5.060.976)	(6.622.342)
Depreciação e amortização	(335.564)	(570.676)
Aluguéis	(41.716)	(115.714)
Outros custos	(8.444.898)	(7.577.522)
Total	<u>(192.207.866)</u>	<u>(220.203.940)</u>

17. Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Prestação de serviços	(6.692.650)	(6.613.743)
Pessoal e encargos	(4.536.347)	(3.878.440)
Medicamentos e materiais	(238.786)	(217.111)
Aluguéis	(277.225)	(1.850.690)
Manutenção e reparos	(83.219)	(32.045)
Depreciação e amortização	-	(72.037)
Outras despesas	(1.525.183)	(1.359.729)
Total	<u>(13.353.410)</u>	<u>(14.023.795)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, excluídos os centavos)

18. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	7.779	9.815
Rendimentos de aplicações financeiras	21.592	2.728
Juros recebidos	590	-
Reversão de multas	5.849.361	-
Total	5.879.322	12.543
Despesas financeiras		
Juros pagos ou incorridos	(12.971.382)	(8.229.534)
Multas pagas ou incorridas	(5.698.081)	(3.676.498)
IOF	(10.100)	(1.791)
Despesas bancárias	(11.190)	(20.360)
	(18.690.753)	(11.928.183)
Variações monetárias líquidas	149.104	66.949
Total	(12.662.327)	(11.848.691)

19. Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos

Os valores de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foram apurados da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do IR e CSLL	3.649.737	(27.725.945)
(+/-) Adições e exclusões	(25.169)	14.624
Base de cálculo negativa do IR e CSLL	3.624.568	(27.711.321)
IR e CSLL - alíquotas da legislação	34%	34%
Total do IR e CSLL - resultado	1.232.353	(9.421.849)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, excluídos os centavos)

20. Tributos diferidos

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Os valores de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de prejuízos fiscais e bases negativas. Tais valores estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízos fiscais acumulados	62.399.055	60.280.752
Diferimento do pagamento do IR e CSLL (*)	(1.709.803)	(1.709.803)
Ajustes de exercícios anteriores (***)	(1.276.778)	(1.276.778)
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporais	59.412.474	57.294.171
Imposto de Renda - 25%	14.853.119	14.323.543
Contribuição Social - 9%	5.347.123	5.156.475
Total do IR e CSLL diferidos	20.200.241	19.480.018
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - ativos	23.101.909	20.061.350
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - passivos	(2.901.668)	(581.332)
Total do IR e CSLL diferidos	20.200.241	19.480.018

(*) Refere-se ao diferimento do IR e da CSLL sobre parte do lucro não realizado, ou seja, ainda não recebido pela SESAB, referente à provisão do reequilíbrio do contrato de concessão, conforme previsto no Decreto nº 9.580 de 2018;

(**) Refere-se a aporte de recurso feito pelo Poder Concedente para realização de obras e aquisição de bens reversíveis. Conforme a Lei nº 12.766/12, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parcerias Público-Privada (PPP), os aportes de recursos em favor do parceiro privado deverão ser computados na base de cálculo para fins de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social na proporção em que o custo para a realização de obras e aquisição de bens, for realizado, inclusive mediante depreciação ou extinção da concessão;

(***) Refere-se aos efeitos tributários decorrentes do reconhecimento de ajustes de exercícios anteriores, referentes à créditos tributários relacionados com saldos negativos de IRPJ e pagamentos indevidos ou "a maior".

PIS, COFINS E ISS diferidos

Descrição	%	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças temporárias	-	(138.888.970)	(125.800.067)
ISS (*)	2	(2.777.779)	(2.516.001)
COFINS (*)	3	(4.166.669)	(3.774.002)
PIS (*)	0,65	(902.778)	(817.000)
Total do PIS e COFINS	-	(7.847.226)	(7.107.003)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, excluídos os centavos)

Passivo diferido

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
ISS 2%	2.777.779	2.516.001
COFINS 3%	4.166.669	3.774.002
PIS 0,65%	902.778	817.700
IR E CSLL DIFERIDO (2015 e 2016)	2.901.668	581.332
	10.748.894	7.689.035

(*) Refere-se ao diferimento do COFINS e do PIS sobre parte da receita não realizada, ou seja, ainda não recebida pela SESAB, referente à provisão do reequilíbrio do contrato de concessão, conforme previsto na Lei nº 9.718 de 1998.

21. Seguros

A Companhia busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas para os seus principais ativos físicos, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos seus ativos e das suas operações. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía, no julgamento da sua Administração, cobertura de seguros considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com seus ativos e suas operações.

22. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, o valor dos instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial, se aproximam do valor de mercado. Não tem sido política da Companhia operar com derivativos.

23. Eventos subsequentes

Em março de 2023 e abril de 2023 a empresa efetuou novos parcelamentos referente aos saldos de encargos sociais e impostos federais em aberto.

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram outros fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações contábeis e a data da sua respectiva emissão.